



ISSN: 2310-0036

Vol. 16 | Nº. 1 | Ano 2025

Alba Paulo Mate

Universidade Católica de
Moçambique

amate@ucm.ac.mz

Carla M. Naftal Manguela

carlamanguela4@gmail.com



Rua: Comandante Gaivão nº 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

Do problema ecológico de Ngoenha à liberdade para o desenvolvimento sustentável: em busca de uma cultura de sustentabilidade.

From Ngoenha's ecological problem to freedom for sustainable development: in seek of a Culture of Sustainability.

RESUMO

Moçambique é parte de um mundo que se recente das mudanças climáticas, fruto de uma busca quase irracional de um desenvolvimento, diga-se, económico, com uso "irracional" da ciência e técnica, numa exploração desenfreada da natureza. Como diz Ngoenha, uma ameaça para o homem do futuro (e até de hoje) é uma razão, que entendemos, suficiente para discutir a sustentabilidade. Aliás, para responder às suas necessidades, o homem, ancorado à sua racionalidade, problematiza, discute e define caminhos em busca da sua sobrevivência. Neste artigo, a questão que se propõe responder, face à complexidade dos problemas de desenvolvimento que se vive e que impõe reflexões para preservar o que a humanidade já construiu e os cada vez menos (e ameaçados) recursos disponíveis na natureza que indiciam um possível colapso da sobrevivência humana, resume-se no tipo de desenvolvimento alcançado, que se pensa hoje e se espera no futuro. A Educação, sobretudo formal e sistemática, vista tanto como espaço de transmissão da cultura necessária para a sobrevivência das gerações, quanto como espaço de ciência, é, sem dúvidas, um campo apropriado para problematizar a sustentabilidade. Este artigo, entretanto, propõe-se a fundamentar a importância da Educação no desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade, indispensável para qualquer Desenvolvimento sustentável discutindo a sua possibilidade. Baseados em uma pesquisa do tipo bibliográfica, reconhece-se o problema ecológico discutido por Ngoenha e defende-se a ideia de uma educação libertadora, aludindo, por exemplo, a pedagogia Freiriana, e dando ênfase à concepção de Desenvolvimento de Amartya Sen baseada na liberdade. A liberdade, enquanto consciência do eu (nós hoje) e do outro (outros amanhã), fruto de reflexão que resulta da educação, é, assim, a condição para criação de uma Cultura de Sustentabilidade sem a qual não se pode pensar num desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Cultura de Sustentabilidade; Educação; Liberdade; Desenvolvimento Sustentável

Abstract

Mozambique is part of a world that has recently experienced climate change, the result of an almost irrational search for economic development with the "irrational" use of science and technology in the unbridled exploitation of nature. As Ngoenha says, a threat to the man of the future (and even today) and a reason, which we understand, sufficient to discuss about sustainability. In fact, to respond to his needs, man, anchored to his rationality, problematizes, discusses and defines paths in search of his survival. The question that this article aims to answer, given the complexity of the

development problems we are experiencing and which requires reflections at a global level to preserve what humanity has already built and the increasingly fewer (and threatened) resources available in the nature that indicate a possible collapse of human survival, can be summarized in the type of development achieved, which is thought today and expected in the future. Education, especially formal and systematic, seen both as a space for transmitting the necessary culture for the survival of generations, and as a space for science, is, with no doubt, an appropriate field to problematize sustainability. This article, however, aims to substantiate the importance of Education in the development of a culture of sustainability, essential for any sustainable development, discussing its possibility. Based on bibliographical research, we recognize the ecological problem discussed by Ngoenha and defend the idea of a liberating education, alluding, for example, to the Freirian pedagogy and emphasizing Amartya Sen's conception of development based on freedom. Freedom, as self-awareness (us today) and awareness of others (others tomorrow), as the result of reflection from education is, therefore, the condition for creating a culture of sustainability without which sustainable development cannot be thought of.

Keywords: Culture of Sustainability; Education; Freedom; Sustainable development

Introdução

A sustentabilidade é um tema que se insere em vários debates, quer políticos quer académico-científicos, no mundo, em geral, e em Moçambique, em particular. Arelada ao conceito de desenvolvimento, a sustentabilidade é discutida pela Organização das Nações Unidas na relação desenvolvimento e meio ambiente, desde 1972, em Estocolmo (Suécia), cujo debate já alertava para o desgaste do meio ambiente em resultado das acções humanas em busca da sua sobrevivência. Reconhece-se, então, a dependência do homem em relação à natureza. No âmbito académico, vários debates vão realizando-se, resultando em diferentes publicações no mundo fora. Em Moçambique, importa a de Severino Ngoenha, intitulada “o retorno do bom selvagem: uma perspectiva africana do problema ecológico”, cuja primeira edição foi publicada em 1994 (reeditada em 2022-2ªedição), logo após a conferência de Estocolmo.

Severino Ngoenha discute, nesta obra, a relação entre o homem e a natureza, chegando a entender que, com o desenvolvimento tecnológico, o Homem, antes dependente e servo da natureza, tornou-se seu explorador. Incapaz de sobreviver naturalmente e para satisfazer as suas necessidades, progrediu no desenvolvimento da técnica e da ciência, com os quais tem agredido a natureza sem possibilitar a sua autoreconstrução. “Na época tecnológica, o homem agride a natureza e esvazia-a de tudo: ferro, carvão, petróleo, minerais, (...). Em vez de cultivador sábio, o homem do século XX tornou-se um explorador selvagem da natureza” (Ngoenha, 2022, p. 63). Entendemos que selvagem é, também, o homem do século XXI, ainda mais influenciado por teorias e políticas de acumulação de riqueza. É, hoje, quase impossível pensar com sabedoria e agir sustentavelmente, um proceder e ser do homem que trouxe e tem trazido consequências incalculavelmente terríveis para si próprio e, sobretudo, para as gerações futuras.

Agostinho Macane e Alba Paulo Mate, ao reflectirem sobre os efeitos das mudanças climáticas para economia de Moçambique, apontam que os eventos resultantes delas conduzem “à escassez de água, clima extremo, migrações populacionais e instabilidade social, desacelerando o crescimento” (Macane & Mate, 2022), o que periga, indubitavelmente, a vida do Homem. Portanto, é nesta senda dos autores supracitados que também se enquadra o entendimento de Ngoenha (2003), segundo o qual as mudanças climáticas perigam directamente a sobrevivência humana.

Estes efeitos, como já dito, são universais, uma vez que fora de Moçambique são também os mesmos. Ora, em Bangladesh, vulnerável às tempestades, por exemplo, o investimento estrangeiro tem reduzido significativamente (Januário & Gameiro, 2016). Ainda segundo estes autores, cidades como Bombaim, Bangucoque, Istambul e Nova Iorque vêm sua existência ameaçada pela subida dos níveis das águas, e outras como Xangai e Hong Kong propensas a tempestades (Januário & Gameiro, 2016). Com estes posicionamentos, parece indiscutível questionar a sustentabilidade.

Nesta perspectiva, será possível pensar-se na sustentabilidade, num contexto em que o homem não mais se satisfaz e quanto mais explora a natureza mais dela quer? Haverá condições para que se discuta a sustentabilidade onde o homem se deixa dominar, excessivamente, pela

ciência e técnica com as quais continua agredindo, sem piedade, a natureza? Que solução haveria para o problema de desequilíbrio entre o desenvolvimento e a sustentabilidade em sociedades cuja vida, como diz Ngoenha, depende da exploração dos recursos naturais?

Entende-se que um debate reflexivo sobre a crise e suas reais implicações seja necessário, mas também um debate capaz de produzir a consciência (mentalidade e cultura) de que o Homem precisa para encontrar as soluções e, quem sabe, promover uma cultura de sustentabilidade, condição para o desenvolvimento sustentável. Portanto, não bastam os slogans que têm caracterizado as diferentes conferências, reuniões e congressos. Não é suficiente prometer mudanças nos discursos políticos em diferentes conferências internacionais. É preciso algo mais. Como expõe Ngoenha (2022), o problema da relação Homem/natureza não depende de “uma simples mudança de comportamento, (...) para fazer face ao perigo que ameaça a vida do Homem (...) o nível de compreensão, de análise e de decisão deve descer até às raízes profundas da crise” (p. 44). Daí propor-se uma problematização do desenvolvimento sustentável com uma tese inicial que defende a busca por uma cultura da sustentabilidade, que deverá ser capaz de estabelecer um equilíbrio entre as necessidades do Homem e a reconstrução natural da natureza. Tal como se tornou cultura a exploração da natureza pelo homem, precisa-se, também, de uma dimensão cultural na busca e prática da sustentabilidade para inverter o cenário.

A questão que se coloca, nesse sentido, é: como promover uma cultura de sustentabilidade num ambiente de competição entre as nações? Que cultura de sustentabilidade inverteria o cenário de desequilíbrio, num contexto em que os países mais industrializados não param de emitir gases nocivos e os mais pobres não cessam de agredir as florestas, todos querendo sobreviver? Para responder a estas e outras questões, o estudo procura discutir o papel da Educação na formação de uma consciência e mentalidade sustentáveis, condições para a promoção de uma cultura de sustentabilidade no mundo, com vista a um desenvolvimento sustentável.

O artigo segue uma discussão teórica dividida em três momentos, depois dos quais tecemos as considerações finais. No primeiro, da discussão teórica, discute-se o papel da educação para a promoção da liberdade. A liberdade é tida como condição do desenvolvimento (Sen, 2010), mas é resultante, entende-se, da consciência (Ferreira, S/d; Nkrumah, 1970, cit. em Ngoenha, 2022) e da reflexão, possíveis por meio de uma Educação (Freire, 2001). No segundo momento, debate-se a proposta de solução ao problema ecológico: Cultura de Sustentabilidade resultante do exercício da liberdade, e, já no terceiro, ressalta-se a relação entre a Educação e o desenvolvimento sustentável (Ferreira, 2021; Veiga & Zatz, 2008), baseado na promoção da Cultura de Sustentabilidade.

A liberdade como resultado da consciência

O exercício da liberdade tem sido um grande problema das sociedades hoje. Autointitulada como estar livre para fazer o que quiser, a sociedade tem na liberdade a bandeira do malfazer das pessoas e das nações, inclusive o ataque à natureza. É neste espírito e sobretudo baseado num modelo de mercado denominado “livre-comércio” em que o homem e as nações se

tornaram cada vez mais insatisfeitos na sua relação com a natureza, provedora de recursos a disponibilizar neste mercado. Como Ngoenha (2022) declara, o mercado tornou o ser humano seu objecto, uma vez “livre” de todas barreiras morais. No presente texto, não se pretende discutir o livre-comércio, pois o problema vai mais além disso. Não é só no campo económico que mal se exerce a liberdade. Nas relações entre nações (e pessoas) também, conforme atesta, estupefacto, Freire (2001, S/p) “que estranha maneira é essa de fazer história, de ensinar Democracia, espancando os diferentes para, em nome da democracia, continuar gozando da liberdade de espancar”. Está claro o mau uso da liberdade, ou ao menos, fica claro que o exercício da liberdade é questionável. Porquê? De que liberdade estamos necessitando? Certamente, não da liberdade que coisifica o ser humano, mas sim a que o humaniza.

Para melhor entendimento, recupera-se, em primeiro lugar, o conceito de liberdade defendido pelo filósofo moçambicano José P. Castiano e, depois, por estar ligado ao desenvolvimento, ao do economista Amartya Sen. Em Castiano (2010), destacam-se duas concepções de liberdade, sendo a primeira a que aponta para a capacidade do homem “determinar-se a si mesmo com base na sua consciência e, acima de tudo, após uma reflexão” (p.192). Portanto, a liberdade é a consciência do direito (e capacidade) de expor e defender as suas opiniões. Desmembra-se, nesta concepção, a questão da consciência de si próprio. Na segunda, Castiano diz que Liberdade é a capacidade de o homem “reconhecer o Outro como ser humano que é também «livre» como Eu” (Castiano, 2010, p. 193). O outro é definido em duas dimensões, social e individual. Aqui, o homem é consciente do outro.

Portanto, a liberdade exerce-se com consciência. Aliás, defende Castiano (2010) que “A forma mais dramática e profunda da dominação foi a alienação da consciência” (p.198), sendo a dominação antagónica à libertação. Neste aspecto, vale frisar que a visão ocidental, sobretudo euro-centrista, promotora da dominação do homem pelo homem e do capitalismo liberal, é a principal razão da insustentabilidade. A busca incessante pela hegemonia, baseada em sua superioridade científica, não permite ou não tem dado espaço para um diálogo entre os que mais e os que menos poluem. Refere Ngoenha (2022), os que mais poluem (ocidente-norte) tendem, hegemonicamente e defendendo a tal hegemonia, a definir políticas de sustentabilidade que não as cumprem, mas as impõe aos outros, os dominados. Sobre tal facto, Ferreira (S/d) adverte para que se preserve, a todo custo, a consciência. Como ele afirma, não se deve “oprimir a consciência das pessoas” (Ferreira, S/d, p. 5), ou seja, nem a educação, nem a lei e nem a igreja devem oprimir a consciência, pelo contrário, devem promover a sua autoridade, pois “a consciência sincera é, para todos, a suprema autoridade e tende sempre a levar-nos para o bem (Deus), para a felicidade e para a solidariedade com todos” (Ferreira, S/d, p.4). Por isto, entende-se que a busca da consciência individual, e, quem sabe, colectiva, deve ter como pressuposto (ou fé) a (na) ideia de que o agir consciente, ainda que errado, permite que a(s) pessoa(s) considere(m) diferentes questões ao tomar as suas decisões, tendo em vista a sua dignidade. Como entende Nkrumah, a consciência da responsabilidade individual, enquanto ser criador e activo, mas não egoísta, é condição necessária para o desenvolvimento. “O consciencismo pretende assegurar o desenvolvimento dos indivíduos, mas de maneira que as condições do desenvolvimento de todos se tornem a condição de desenvolvimento de cada indivíduo” (Nkrumah, 1970, cit. em Ngoenha, 2022, p. 58).

Na sua concepção de desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen define a liberdade como “um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Assim, ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (Sen, 2010, p.33). Nesta concepção, vale destacar a questão da participação do homem na condução da sua vida, influenciando e influenciado pelos outros e, conseqüentemente, participando num desenvolvimento que se pretenda sustentável.

Nesta ordem de ideias, entende-se que o problema que Ngoenha levanta só se ultrapassará quando o homem desenvolver, primeiro, a consciência da existência do problema ecológico (Ngoenha, 2022) e seus impactos nefastos contra a vida humana, quer no âmbito económico-social (Macane & Mate, 2022) quer no próprio desenvolvimento e, segundo, a consciência ecológica, baseada em acções concretas de protecção da natureza e de redução da sua exploração. É o agir consciente que torna o exercício da liberdade mais sustentável. Aliás, Paulo Freire entende que a Educação deve contribuir para isso. Para ele, o exercício da liberdade é fruto de processos educativos libertadores (Freire, 2019). Para este autor, o homem (educador) deverá promover acções problematizadoras ou problematizantes dos homens em sua relação com o mundo e com os outros (Freire, 2019), inclusive da sua relação com a natureza. É na problematização (papel da educação) dos seus actos que o homem se torna consciente do que é bom ou mau nos seus actos, porque a problematização, ou seja, o questionamento é reflexivo. Nisto, Morin (2005), entende que consciência é uma aptidão autorreflexiva do homem.

Portanto, a liberdade a que se refere aqui é responsável (Freire, 2001), porque resulta do exercício profundo de reflexão, individual e colectiva, tal que promova uma consciência ecológica capaz de gerar uma cultura de sustentabilidade, sem a qual não se pode esperar um desenvolvimento sustentável.

A cultura de sustentabilidade: uma proposta

Como dito na introdução, o problema da sustentabilidade (ambiental) é aceite, enquanto problema, por, provavelmente, todos. Em várias conferências internacionais, os participantes têm concordado sobre os danos sobre a natureza, e medidas têm sido anunciadas. Todavia, pouco ou nada de concreto se faz. Em resposta, entende-se que a solução passa pela construção de uma cultura ecológica, a Cultura de Sustentabilidade.

Defende-se, neste artigo, a ideia de que a sustentabilidade que tanto se procura em discursos e até em pesquisas científicas não se pode limitar aos slogans e nem em inseri-la apenas em lemas de eventos, quer políticos quer científicos. É preciso que se parta para a produção de uma Cultura da Sustentabilidade, entendida como um modo de ver a sustentabilidade, ou seja, um conjunto de formas de questionar, discutir, problematizar e viver a sustentabilidade. Sendo tarefa da ciência (pesquisa científica) problematizar, assim como Nodari (2011) sugere a cultura da paz ao afirmar que “a cultura da paz é uma ciência da paz” (p. 19), entende-se ser possível pensar na Cultura da Sustentabilidade enquanto uma ciência da sustentabilidade.

Se a Cultura da Sustentabilidade deve ser encarada como ciência da sustentabilidade, a Educação é desafiada, iminentemente, a problematizar (pesquisa) e trabalhar em contextos escolares (ensino) a sustentabilidade. Assim, sendo a cultura, qualquer que seja, uma construção ao longo do tempo e, por isso, um conjunto de conhecimentos que, por um lado, entendem Bogdan e Biklen (1994), são imprescindíveis para interpretar as experiências vivenciadas e com os resultados influenciar comportamentos e, por outro, e segundo Goulão e Bahia (2013), através dos quais o homem se relaciona consigo mesmo e com a natureza, a cultura da sustentabilidade será um conjunto de conhecimentos a construir com o tempo numa perspectiva ecológica da vida a bem de si próprio e da sua relação com a natureza.

Portanto, com a cultura da sustentabilidade, o ser humano deverá ser capaz de questionar, contínua e permanentemente, as experiências (sua relação com a natureza e suas acções de desenvolvimento) até hoje vivenciadas, das quais entenderá que o problema ecológico de Ngoenha é real e uma situação a ser transformada e, depois, tomará atitudes concretas, questionando-as sempre, para inverter o cenário. Assim, a Cultura da Sustentabilidade resultará do exercício consciente e reflexivo da liberdade, uma liberdade mais humanizadora e, como tal, mais sustentável.

Educação e a cultura de sustentabilidade: o desenvolvimento sustentável

Os problemas causados pela busca pelo enriquecimento têm sido ignorados, embora façam parte dos discursos em encontros internacionais dos Estados. Januário e Gameiro (2016) entendem, por exemplo, que os países industrializados não levam a sério a questão da fiscalidade ecológica equitativa e, em países emergentes, a industrialização surge num clima de ignorância ecológica. Parece ser este o problema da sustentabilidade: falta de consciência ecológica que só se pode obter com uma educação para a Cultura da Sustentabilidade.

A educação, entende Freire (2001), “é um factor fundamental na reinvenção do mundo” por isso uma “prática indispensável aos seres humanos”, enquanto “processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, capacitação científica e técnica” (S/p). Ao invés da mecanização do homem em nome da praticidade e adopção de inteligências mecanicistas, a educação é necessária para formar um homem “que actua, que pensa, que fala, que sonha, que ama, que odeia, que cria e recria, que sabe e ignora, que se afirma e se nega, que constrói e destrói, que é tanto o que herda quanto o que adquire” (Freire, 2001, S/p), mas também preocupado em deixar algum legado, consciente dos seus actos. Aliás, no entender de Nodari (2011), a Educação é um processo de ensino e aprendizagem e formação de alguém, que lhe permitam sentir-se, enquanto ser humano dotado de deveres e direitos, “autónomo e responsável pela sua realização, (...), na medida em que é presença de si mesmo, presença com os outros e presença no mundo” (p. 17).

Ressalta-se, nos conceitos acima, a questão do ser humano, por um lado, como um ser dependente, como defende Nodari (2011), é “uma vida de dependência de outros” e “dependentes da natureza” (p.17) e, por outro, como sendo um ser cultural pois, ainda segundo o mesmo autor, o ser humano é um “ser capaz de reflexão” e de “presença cultural” (p. 18). Por isso, entende-se que ele tem a possibilidade que lhe é inerente de construir a sua história, por meio de escolhas conscientes, fruto de processos educativos que vai recebendo

ao longo do tempo, perante problemas que vai enfrentando. Portanto, ele é capaz de construir uma forma de ser e de estar face aos problemas que enfrenta, incluindo o da sustentabilidade.

Assim, o entendimento aqui é de que a Educação deve envidar esforços para criação e promoção de uma Cultura de Sustentabilidade a nível mundial, sendo que a sustentabilidade que tanto se procura em discursos e até em pesquisas científicas não seja limitada à sloganização ou em inseri-la apenas em lemas de eventos, quer políticos ou científicos.

A Cultura da Sustentabilidade consistirá, assim, no desenvolvimento de competências em torno do papel do Homem na sua relação com a natureza. Não se pode esperar que este deixe de ignorar o problema ecológico sem que se insista numa educação que desenvolva, entre outras, as competências fundacionais ambientais. Não se pode romper nem mesmo com a realidade actual sem a crítica – resulta da consciência e da reflexão já debatidos acima - à relação até hoje promovida entre o homem e a natureza, uma relação exploradora, como já mencionado. Nisto, vale reler o pensamento de Freire, segundo o qual não se pode superar a opressão, a discriminação e todo mal “sem projectos de natureza político-pedagógica no sentido da transformação ou da reinvenção do mundo” (Freire, 2001, S/p). Por analogia, não se pode superar a problemática da insustentabilidade sem uma compreensão crítica da sua história.

A cultura de sustentabilidade deve romper com os complexos de superioridade e de inferioridade que a história do homem construiu. Nesse aspecto, entende Freire (2001), que o futuro não pode ser conduzido com ideologias autoritariamente discriminatórias. O problema da sustentabilidade é, evidentemente, problema de todos homens e mulheres, de todas as nações, desenvolvidas ou não. Os seus efeitos não fazem escolha. São duras para todos. E a sua solução deve ser partilhada, por todos. Assim, entende-se que é papel da educação superar esta construção histórica que torna uns superiores e outros inferiores. É preciso cultivar a consciência do indivíduo, sujeito da história, pois, diz Freire (2001, S/p), a “consciência é a fazedora arbitrária da história”, enquanto “tempo de possibilidades e não de determinações”, ou seja, ela, a história, é a possibilidade que os homens criam enquanto ela decorre, com vista à sua libertação e assim se salvarem (Castiano, 2010; Freire, 2001). Portanto, onde homens e mulheres se assumem “cada vez mais como sujeitos-objects da História, capazes de reinventar o mundo numa direcção ética e estética mais além dos padrões” (Freire, 2001, S/p).

Com a crítica, fruto da liberdade (consciência e reflexão), a transformação de que se necessita é possível. Isto é um desafio complexo à ciência (que flui ou deveria fluir em ambientes educacionais), um desafio levantado noutra contexto pelo filósofo Edgar Morin. Ele comenta que “não haverá transformação sem reforma do pensamento, ou seja, revolução nas estruturas do próprio pensamento” (Morin, 2005, p.10), pelo que, para este autor, é necessária uma reforma do pensamento, para que a ciência conceba um pensamento complexo, dada a complexidade de todos fenómenos que ela estuda. É no mesmo sentido que apontamos a necessidade da reforma do pensamento em torno do desenvolvimento e em debates sobre sustentabilidade, em busca do desenvolvimento sustentável.

Não haverá, portanto, sustentabilidade e nem, por consequência, desenvolvimento sem uma mudança cultural na relação homem/natureza. Por isso, defendemos que tal mudança seja baseada em uma Cultura de Sustentabilidade, enquanto forma de ser, agir, compreender, estudar o desenvolvimento na relação homem/natureza. A Cultura de Sustentabilidade é a condição sine qua non para o desenvolvimento sustentável, definido como a capacidade de suprir as necessidades humanas de hoje sem o prejuízo das gerações futuras (Veiga & Zatz, 2008). Como se entende em Ngoenha (2022), não se trata de proteger a natureza para as gerações futuras, mas promover uma forma que assegure “aos homens da nossa geração e a todas gerações futuras a possibilidade de se desenvolverem” (p.127).

Considerações finais: a cultura de sustentabilidade como condição de desenvolvimento sustentável

Não há dúvidas sobre a preocupação que há em torno dos problemas causados pela força humana sobre a natureza e, em contrapartida, dos efeitos dos desastres naturais na vida humana. O “mal-entendido” da liberdade que o Homem tem vem causando danos abismais sobre a natureza, perigando o que este procura, desenvolvimento. No entanto, a natureza, ressentindo-se da exploração humana, tem sido incapaz de se reconstruir à medida de responder as necessidades das gerações actuais e, sobretudo, das futuras, gerando uma situação de insustentabilidade, por um lado, e um clima de incerteza da vida, por outro, dados os eventos cíclicos de desastres naturais em todo mundo.

Com este cenário e sem mudanças radicais, o desenvolvimento sustentável, muito discutido e almejado, não passará de um simples conceito passível, apenas, de discussão académica em eventos científicos e de sloganização política em reuniões nacionais e conferências internacionais. O problema persistirá e a humanidade sentir-se-á cada vez mais em perigo. Todavia, o ser humano é como entende Freire, um ser-em-acção, um agente transformador, mas só quando liberto.

A liberdade freiriana não torna o ser humano uma coisa útil para o mercado. Pelo contrário, é uma liberdade humanizadora que torna o Homem num ser capaz de transformar a realidade em que se encontra, consciente de tal realidade e da sua relação consigo próprio e com a natureza. É esta liberdade que aqui se defende. Uma liberdade de Amartya Sen, capaz de dotar o ser humano de capacidades para construir o seu desenvolvimento, queira-se, sustentável.

No entanto, a liberdade é uma construção e uma conquista, fruto de consciência e reflexão. Para tal, a Educação é chamada a intervir, enquanto espaço da construção, através da problematização, sobretudo científica, com consciência, como diz Morin, do desenvolvimento e da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável, ora almejado, dependerá, neste sentido, de uma mudança cultural, da uma Cultura de Exploração para uma Cultura de Sustentabilidade, capaz de induzir todas acções humanas à protecção da natureza em todos aspectos da relação homem-natureza.

Referências bibliográficas

- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em Educação*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Castiano, J. P. (2010). *Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjectivação*. Maputo, Moçambique: Ndjira.
- Ferreira, F. C. (S/d). *A objecção da consciência*. Lisboa, Portugal: Edições Conhecer
- Ferreira, J. F. C. (2021). *Desenvolvimento sustentável: apontamentos sobre o conceito*. Matingá, PR, Brasil: Uniedusul.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido (69ª)*. Rio de Janeiro- São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *Política e educação: ensaios. (5ª ed.)*. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Goulão, M. F. & Bahia, S. (2013). Diversidade cultural e social dos alunos. Em F. H. Veiga (Coord.). *Psicologia da Educação: Teoria, investigação e aplicação, envolvimento dos alunos na escola*. Lisboa, Portugal: Climepsi Editores.
- Januário, R. e Gameiro, A. (2016). *A globalização e a geopolítica internacional*. Lisboa, Portugal: Escolar Editora.
- Macane, A. & Mate, A. P. (2022). Efeitos das mudanças climáticas na economia de Moçambique. *Boletim GeoÁfrica*, 1, 25-40. Recuperado em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg/article/view/51601/27940>
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência. (8ª ed.)*. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil.
- Ngoenha, S. (2022). *O retorno do bom selvagem- uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico (2ªed.)*. Maputo, Moçambique: Ethale Publishing.
- Nodari, P. C. (2011). Educação e cultura da paz: à luz do esboço kantiano à paz perpétua (Zum ewigen Frieden), ainda é possível pensar na cultura da paz? Em E. Cescon e P. C. Nodari (Orgs.). *Filosofia, ética e educação: por uma cultura da paz*. São Paulo, Brasil: Paulinas.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Brasil: companhia das Letras.
- Veiga, J. E. & Zatz, L. (2008). *Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?* Campinas, SP, Brasil: Autores Associados.
-